

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

PESQUISA-AÇÃO E GERENCIALISMO DE PLATAFORMA DA REDE ESTADUAL PAULISTA DE EDUCAÇÃO

Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias, Elem Rose Vasconcelos da Silva, Márcia Aparecida
Jacomini, Antonio de Jesus Rocha

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8882>

Submetido em: 2024-05-08

Postado em: 2024-05-17 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Sergio Stoco (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6369-4466>)

PESQUISA-AÇÃO E GERENCIALISMO DE PLATAFORMA DA REDE ESTADUAL PAULISTA DE EDUCAÇÃO¹

CARLOS EDUARDO SAMPAIO BURGOS DIAS¹

<https://orcid.org/0000-0001-8156-4278> <carlos.dias@unifesp.br>

ELEM ROSE VASCONCELOS DA SILVA²

<https://orcid.org/0009-0004-3631-4949> <elem.silva@servidor.educacao.sp.gov.br>

MÁRCIA APARECIDA JACOMINI¹

<https://orcid.org/0000-0003-2936-3174> <jacomini.marcia@unifesp.br>

ANTONIO DE JESUS ROCHA²

<https://orcid.org/0000-0002-2559-8972> <professortoninho50@gmail.com>

1 Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos (SP), Brasil.

2 Escola Estadual Marcia Aparecida da Silva Faria Ries, Embu das Artes (SP), Brasil

Resumo: Diante da tendência à plataformização da educação escolar, este artigo objetiva compreender os constrangimentos que o gerencialismo de plataforma traz para a gestão da escola e o processo educativo, assim como refletir sobre as possibilidades de enfrentar esta política educacional cada vez mais hegemônica e orientada pelos pressupostos da gestão privada e os interesses do capital. O artigo foi escrito com base em dados e análises de uma pesquisa-ação realizada em sete escolas da rede estadual paulista, cujo objetivo é produzir uma implementação crítica e criativa da Base Nacional Comum Curricular, do Programa Inova Educação e da Reforma do Ensino Médio, para que as escolas possam ressignificar essas políticas a partir de sua realidade territorial, social, econômica e cultural, bem como desenvolver uma educação de qualidade social com os estudantes. A realização da pesquisa-ação tem mostrado muitos limites à realização de uma práxis diversa daquela que o gerencialismo de plataforma impõe, mas também tem indicado a necessidade de construção de alternativas que se apoiem nas contradições que o confronto entre a política prescrita e a realidade vivida produzem.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Autonomia da Escola. Territorialidade. Gerencialismo. Pesquisa-Ação.

ACTION RESEARCH AND PLATFORM MANAGERIALISM FROM THE SÃO PAULO STATE EDUCATION NETWORK

Abstract: Given the trend towards platformization of school education, this article aims to understand the constraints that platform managerialism brings to school management and the educational process, AS WELL AS reflect on possibilities of facing this increasingly hegemonic educational policy guided by the assumptions of private management and the interests of capital. The article was written based on data and analysis from an action research carried out in seven schools in the São Paulo state network, whose objective is to produce a critical and creative implementation of the National Common Curricular Base, the Inova Educação Program and High School Reform, so that schools can give new meaning to these policies based on their territorial, social, economic and cultural reality, as well as develop social quality education with

¹ A pesquisa que subsidiou a escrita deste artigo é financiada pela Fapesp, processo n.º 2021/11390-0.

students. The action research realization has shown many limits to the exercise of a different praxis from that which platform managerialism imposes, but it has also indicated the need to construct alternatives based on the contradictions between the confrontation prescribed policy and lived reality production.

Keywords: Democratic management. School Autonomy. Territoriality. Managerialism. Action Research.

INVESTIGACIÓN-ACCIÓN Y GESTIÓN DE PLATAFORMA DE LA RED DE EDUCACIÓN ESTATAL DE SÃO PAULO

Dada la tendencia hacia la plataformatización de la educación escolar, este artículo tiene como objetivo comprender las limitaciones que el gerencialismo de plataforma trae a la gestión escolar y al proceso educativo, así como reflexionar sobre las posibilidades de enfrentar esta política educativa cada vez más hegemónica guiada por los supuestos de la gestión privada y los intereses del capital. El artículo fue escrito a partir de datos y análisis de una investigación-acción realizada en siete escuelas de la red estatal de São Paulo, cuyo objetivo es producir una implementación crítica y creativa de la Base Curricular Común Nacional, del Programa Inova Educação y de la Reforma de la Educación Secundaria, para que las escuelas puedan dar un nuevo significado a estas políticas en función de su realidad territorial, social, económica y cultural, así como desarrollar una educación social de calidad con los estudiantes. La realización de investigación-acción ha mostrado muchos límites para la realización de una praxis diferente a la que impone el gerencialismo de plataforma, pero también ha indicado la necesidad de construir alternativas basadas en las contradicciones que produce la confrontación entre la política prescrita y la realidad vivida.

Palabras clave: Gestión Democrática. Autonomía Escolar. Territorialidad. Gerencialismo. Investigación-Acción.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, as reformas educacionais, ou contrarreformas como têm sido denominadas por autores do campo progressista que defendem a escola pública com qualidade socialmente referenciada (Santos, 2023), se expressam principalmente em políticas curriculares e de gestão educacional, apoiadas no discurso da melhoria de desempenho nas avaliações externas.

No que diz respeito às políticas curriculares, tais reformas se estruturam no estabelecimento de currículos baseados em habilidades e competências², que transmutam a linguagem do direito à educação para o direito à aprendizagem, promovendo um estreitamento da função social da escola e sua subsunção ao mercado, ou seja, o papel da escola passa a ser prestar serviço às empresas e à economia (Laval, 2004).

Como argumenta Biesta (2013, p. 37-8), o problema com a linguagem da aprendizagem é que ela concebe o processo educacional é como uma transação econômica em que:

- (1) o aprendente é o (potencial) consumidor, aquele que tem certas “necessidades”, em que
- (2) o professor, o educador ou a instituição educacional são vistos como o provedor, isto é, aquele que existe para satisfazer as necessidades do aprendente, em que
- (3) a própria educação se torna uma mercadoria – uma “coisa” a ser fornecida ou

² Os Parâmetros Curriculares Nacionais são a expressão deste enfoque nos anos 1990. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é estruturada em torno de habilidades e competências intelectuais e emocionais.

entregue pelo professor ou pela instituição educacional, e a ser consumida pelo aprendiz.

As políticas curriculares tornaram-se centrais para uma escolarização que visa à inserção das novas gerações num mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado e precarizado³ (Braga, 2012; Standing, 2013; Antunes, 2018). Diante disso, os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) (Casimiro, 2018), vinculados ao capital, passaram a atuar na construção de consensos em torno da propositura de uma política curricular mais sistematizada e centralizada, que culminou na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁴.

O discurso sobre a necessidade de reformar o ensino médio para adequá-lo às necessidades de um mercado de trabalho flexível e em constante mudanças, presente desde os anos 2000, foi impulsionado na segunda década do século XXI e resultou na Medida Provisória n.º 746/2016 (Brasil, 2016) e na aprovação da Lei n.º 13.415/2017 (Brasil, 2017a) pelo Congresso Nacional.

O Novo Ensino Médio (NEM), termo utilizado pelos entes federativos na implantação e implementação⁵ da reforma, representa a proposta das classes dominantes para a escolarização das juventudes pertencentes às classes trabalhadoras nessa faixa etária. Além disso, aprofunda a histórica divisão escolar que prepara os jovens das classes médias e altas para continuarem seus estudos em nível universitário e assumirem cargos de liderança, enquanto os jovens das classes trabalhadoras são direcionados a permanecer na condição de subalternidade e se inserirem em um mercado de trabalho precarizado, reforçando a marca social da escola (Gramsci, 2014. Q. 12).

No que se refere à gestão educacional, a proposta dos APHs, vinculados ao capital, é o gerencialismo articulado à Nova Gestão Pública (NPG) (Bresser Pereira, 2011). Os preceitos da gestão privada substituem o princípio e as práticas de gestão democrática da escola pública, para ela operar na mesma lógica da empresa (Laval, 2004; Jacomini; Stoco, 2022)

Orientados pela compreensão das inúmeras mediações existentes entre o prescrito na legislação e a realização das políticas educacionais (Jacomini, 2016; Ball; Maguire; Braun, 2021), está em curso uma pesquisa-ação⁶ (Thiollent, 2000; Barbier, 2007) em sete escolas da rede estadual de ensino de São Paulo, cujo objetivo é produzir uma práxis crítica e criativa da implementação da BNCC, do NEM e do Programa Inova Educação⁷. A práxis da pesquisa-ação

³ A reforma trabalhista de 2017 (Brasil, 2017b) e a reforma da previdência de 2019 (Brasil, 2019) são a expressão das mudanças no mercado de trabalho, que tiveram início nos anos 1970, com o modelo toyotista.

⁴ A BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foi homologada pelo Ministro da Educação, Mendonça Filho, em 2017. A BNCC do Ensino Médio foi homologada em 2018 pelo então Ministro da Educação, Rossieli Soares, numa evidente correspondência à Reforma do Ensino Médio. Esta separação expõe a proeminência de uma concepção de Ensino Médio mais afeita às chamadas demandas do mercado e menos atenta àquela presente na LDB/1996 de etapa da Educação Básica, cuja finalidade é a formação geral básica da juventude, sem direcionamentos explícitos ao mercado.

⁵ Utilizamos o termo implantação para referir-nos às medidas adotadas pelo governo para que uma política seja colocada em prática, e o termo implementação para designar as ações das escolas na realização de uma política educacional.

⁶ Pesquisa intitulada “Mudanças Curriculares e Melhoria do Ensino”, financiada pela Fapesp, processo n.º 2021/11390-0.

⁷ O Programa Inova Educação consiste na introdução de três novas disciplinas na matriz curricular, Projeto de Vida, Tecnologia e Eletivas, com o aumento do tempo diário de permanência do estudante na escola e redução do tempo de aula. Ele articula-se com a BNCC, especialmente no que se refere ao Projeto de Vida, e ao Novo

assume a condição de ser humano em sua integralidade e historicidade, assim, nas palavras de Vitor Paro (2008, p. 23):

[...] a preocupação da educação tomada num sentido rigoroso é com o homem na integralidade de sua condição histórica, não se restringindo a fins parciais de preparação para o trabalho, para ter sucesso em exames ou para qualquer aspecto restrito da vida das pessoas. Em segundo lugar, e em consequência disso, seu conteúdo é a própria cultura humana em sua inteireza, como produção histórica do homem, não se bastando nos conhecimentos e informações, como costuma fazer a educação tradicional.

Queremos que as ações da pesquisa ajudem os jovens das escolas públicas a questionarem sua condição social, econômica e política e compreender que ela não se trata de algo “dado/acabado”, mas passível de mudanças. Na perspectiva freiriana, busca-se uma educação junto aos oprimidos para superar essa condição (Freire, 1987).

As mediações entre o prescrito e o realizado nutrem a reflexão teórico-prática das reações e ações das escolas diante da implementação de políticas curriculares e de gestão, especialmente no contexto do gerencialismo de plataforma.

Um estudo sobre a política educacional na rede estadual paulista analisou minuciosamente o gerencialismo no período de 1995 a 2018 (Jacomini; Stoco, 2022). Contudo, nas gestões Dória-Rossieli⁸ e Tarcísio-Feder⁹, observou-se uma intensificação das práticas gerencialistas, culminando no que estamos denominando de gerencialismo de plataforma.

O gerencialismo de plataforma consiste na orientação do trabalho docente, das práticas educativas e de gestão para a realização de metas alheias à realidade escolar, definidas em instâncias externas à escola que controlam de forma sistêmica e sistemática o trabalho do magistério e as ações dos estudantes por meio de tecnologias da informação estruturadas em plataformas.

Neste artigo, analisamos os limites impostos pelo gerencialismo de plataforma à autonomia da escola, à gestão democrática e à construção de processos educativos articulados à territorialidade e à qualidade socialmente referenciada da educação pública¹⁰.

Nosso objetivo é compreender como e em que medida o gerencialismo de plataforma do governo paulista impõe às equipes escolares um trabalho circulante, o qual as impede de organizar a gestão pedagógica de modo que a escola desempenhe uma função mais crítica em relação às políticas educacionais e menos atrelada a interesses mercadológicos.

Atinentes à metodologia da pesquisa-ação, nossas interpretações derivam da análise do caderno de campo, com registros de reuniões, observações do cotidiano escolar, intervenções e

Ensino Médio paulista, sendo a parte diversificada da matriz curricular do NEM na rede estadual para o primeiro ano do Ensino Médio. Foi implantado em 2019. Para saber mais consultar: Nascimento (2022) e Alencar (2023).

⁸ João Dória (Partido da Social Democracia Brasileira) foi governador do estado de São Paulo no período de 2019 a 2022 e Rossieli Soares foi secretário de Educação, responsável pela implantação do Programa Inova Educação, BNCC e NEM.

⁹ Tarcísio de Freitas (Partido Republicanos) e Renato Feder são respectivamente governador e secretário de educação do estado de São Paulo na gestão 2023-2026.

¹⁰ Educação de qualidade socialmente referenciada concorre para uma formação integral, que proporciona aos estudantes conhecimentos e culturas para serem dirigentes e se inserirem na sociedade e não apenas no mercado de trabalho. Baseia-se em princípios democráticos, na justiça social, na igualdade e na liberdade, visa a autonomia intelectual, moral e organizativa e o senso crítico dos estudantes.

relatórios de pesquisa¹¹. Além disso, baseiam-se na legislação estadual sobre a política e a gestão da Secretaria de Estado da Educação, Seduc-SP, expressa em diversas normativas e orientações distribuídas às escolas pelas Diretorias de Ensino (DE).

O artigo é composto por esta introdução, seguida pela discussão sobre gestão democrática e autonomia da escola na construção de currículos articulados ao território e críticos ao capitalismo neoliberal. Posteriormente, realizamos uma análise das condicionalidades do gerencialismo de plataforma à autonomia da escola e das alternativas construídas coletivamente no fulcro das contradições e mediações inerentes à efetivação de políticas educacionais no contexto de atuação ou implementação. Nas considerações finais discutimos os limites e a necessidade de construção de uma educação para além do mercado.

Gestão democrática, autonomia da escola e territorialidade

A gestão democrática da escola pública foi incorporada à Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) como parte da luta pelo fim do regime ditatorial e de re(democratização)¹² da sociedade brasileira. Administrar a escola com base na participação democrática de sua comunidade era entendida como condição necessária para garantir o direito à educação em sua integralidade: acesso, permanência e formação qualificada. Portanto, é um princípio fundamental para realização do ensino nas escolas públicas.

Conforme constatado por Camargo, Jacomini e Gomes (2016), a mudança conjuntural no início dos anos 1990 e a incorporação das pautas neoliberais pelos governos brasileiros com repercussões marcantes no campo da educação, dificultaram a realização da gestão democrática da escola no conjunto dos sistemas de ensino e sua consolidação como método e princípio de gestão. Isso favoreceu que governos alinhados à racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016) não envidassem esforços para regulamentar e induzir a gestão democrática do ensino público nos sistemas de ensino. Um exemplo disso é o estado de São Paulo que, de acordo com um estudo de Souza e Pires (2018), não incluiu este princípio na Constituição Estadual e não o regulamentou em lei própria, conforme investigação de Jacomini, Perrella, Alencar e Stoco (2022)¹³.

No estado de São Paulo, desde meados dos anos 1990, observa-se a presença da gestão gerencialista na escola pública, conforme concluíram Jacomini, Perrella, Alencar e Stoco (2022), em uma investigação que abrangeu o período de 1995 a 2018. Assim, todo processo de ampliação do acesso, das políticas de permanência e da qualidade do ensino ocorreu sob a égide dos pressupostos e princípios da administração privada, considerada mais eficiente e eficaz que a administração pública burocrática. Essa orientação é derivada da Nova Gestão Pública (NGP), concebida na Reforma do Estado nos anos 1990 (Bresser-Pereira, 2011).

¹¹ Este material está em repositório privado da pesquisa, conforme compromisso assumido com a agência de fomento e com o comitê de ética que aprovou a investigação, parecer n.º 6.013.550.

¹² Considerando a restrita experiência democrática, Chasin (2000) considera que não se tratava apenas de redemocratizar, mas democratizar a sociedade brasileira.

¹³ Após as ocupações de escolas pelos estudantes em 2015, a Seduc realizou processo de elaboração de Projeto de Lei para regulamentar a gestão democrática na rede estadual paulista no ano de 2016, mas o referido projeto sequer foi enviado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), sendo considerado um natimorto (Coló, 2021).

No Brasil, em termos de gestão democrática da escola pública, temos um princípio constitucional, experiências esparsas de redes de ensino e de escolas e uma prática formal de gestão democrática na maioria das redes e escolas de educação básica.

Ao compreendermos que a forma de gestão da escola e sua autonomia impactam seu Projeto Político Pedagógico e as práticas educativas, fica evidente que a adesão ao gerencialismo por parte das secretarias de educação traz consequências significativas ao conteúdo e à forma dos processos educativos que vêm ocorrendo nas escolas. Em outras palavras, a educação pública tem como princípio constitucional a gestão democrática e como prática o gerencialismo.

Conquanto esta constatação tenha validade teórico-prática, para confrontá-la é mister considerar as contradições que o gerencialismo enfrenta para se consolidar na educação pública. Assim, sua coexistência com outras formas de gestão, seja a burocrática ou a democrática, é inevitável. A especificidade da gestão escolar (Teixeira, 1961; Gonçalves, 1980; Paro, 2000) impede, ou ao menos dificulta, que o gerencialismo se instale totalmente e, é nessa contradição de finalidades distintas/opostas entre instituição escolar e empresa capitalista que “escolas conscientes”¹⁴ atuam para mudanças mais amplas, a partir da ação de cada um/uma na construção de “escolas democráticas” (Beane e Apple, 2001). Embora o espaço seja, nas palavras de Milton Santos (2008, p. 227), “o teatro do encontro de dois sistemismos: o sistemismo dos objetos impele ao sistemismo das ações e o condiciona”, [...] “a interação humana pode forjar novas relações, criando a surpresa e impondo a novidade”.

Por isso, encontramos escolas que engendram em seu cotidiano críticas, resistências e criatividade para prosseguir na contramão dos consensos dominantes, o que permite a realização da pesquisa-ação para, de forma interativa, colaborativa e democrática, universidade e escola de educação básica constroem outras práticas educacionais. Práticas que dialogam com a comunidade escolar atendida, que valorizam os conhecimentos e formas de aprender de sua comunidade e que não se alimentam de uma práxis educativa que visa padronizar crianças e jovens com vias de atender única e exclusivamente a um mercado de trabalho precarizado.

Ao participar da elaboração do projeto de pesquisa-ação, as sete escolas¹⁵ indicavam a intenção de se constituírem como “escolas conscientes”, mas encontravam um conjunto de dificuldades para organizar um projeto educativo afeito à gestão democrática e à formação dos estudantes fora da lógica neoliberal de mercado. Isso ocorria diante do gerencialismo de plataforma da Seduc-SP que incide na autonomia da escola e impõe práticas educativas alinhadas às concepções de função da escolarização presentes na BNCC, no NEM e no Inova Educação, contrariando concepções presentes na comunidade escolar.

¹⁴ Denominamos “escolas conscientes” aquelas nas quais a comunidade escolar (equipe gestora, agentes escolares, professores, estudantes, familiares dos estudantes e comunidade local) constrói concepções de educação e de gestão escolar “próprias”, que impedem o permanente ziguezague ocasionado pelas políticas educacionais. São escolas em que o projeto educativo resulta de construção coletiva e crítica às tendências dominantes; são menos permeáveis às políticas centrais e centralizadoras e mais permeáveis à sua configuração territorial. De acordo com Milton Santos (2014, p. 83), “a configuração territorial é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”.

¹⁵ Os diretores e parte das equipes gestoras das escolas participavam desde 2019 do Grupo Escola e Democracia, GEPUD, que “reúne profissionais da educação pública básica e superior do estado de São Paulo para discutir políticas que garantam o direito à educação e a gestão democrática da escola. Cf. www.gepud.com.br.

Tais escolas sabiam que as coisas não caminhavam bem, mas tinham dificuldade para encontrar formas de enfrentar individualmente uma política educacional que se apresentava como incontornável, deixando-as no que podemos denominar, parafraseando Mark Fisher (2020), de impotência reflexiva. Como parte do que ocorre na sociedade, os gestores dessas escolas percebiam que o controle sobre o trabalho docente e a formação dos estudantes ocorriam por meio da “postergação indefinida”, na qual:

A educação é processo para toda vida; o treinamento para o trabalho se estende por toda a vida profissional; o trabalho nunca termina porque você leva o trabalho para casa; trabalha-se em casa e se fica em casa no trabalho etc. Uma consequência deste modo “indefinido” de poder é que a vigilância externa é sucedida pelo policiamento interno (Fisher, 2020, p. 45).

O capitalismo levou pelo menos duas centenas de anos para conformar as classes trabalhadoras às suas necessidades e sempre que novas demandas surgem, ele renova a função da escola (Enguita, 1989; Gramsci, 2014, Q. 22). Como descrito por Laval (2004, p. 3), estamos vivendo um momento de “sujeição mais direta da escola à razão econômica” e seu sucesso decorre da introjeção dessa nova racionalidade e do “policiamento interno”. Tornamo-nos auto vigilantes ao dispor do capital. A educação é, à vista disso, “a sala de máquinas da reprodução da realidade social, onde se confrontam diretamente as inconsistências do campo social capitalista” (Fisher, 2020, p. 49).

A escola reflete as inconsistências capitalistas, mas, como espaço de interações humanas, tem o potencial de tecer novas relações, que as possam refratar. Esse é o papel que as escolas da pesquisa-ação buscam ao reivindicar sua autonomia didático-pedagógica e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, resguardados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9394/1996 (Brasil, 1996). Buscam, assim, implementar políticas educacionais de forma crítica, à procura de um espaço para a realização de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Se, como argumenta Harvey (2014, 27), o neoliberalismo é “um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”, a escola pública será cada vez mais pressionada a ser cúmplice desse projeto, apresentado como a única ideologia possível. Isso resulta na imposição de uma “impotência reflexiva” aos inconformados.

O gerencialismo de plataforma e as (im)possibilidades da escola

Desde 2020, a Seduc-SP tem implementado uma série de plataformas educacionais com objetivo, segundo ela, de melhorar a qualidade da educação e otimizar o trabalho de professores e gestores. Sem dúvidas, a necessidade do ensino remoto emergencial decorrente da pandemia de Covid-19 catalisou esse processo de inserção de plataformas no sistema educacional brasileiro e no estado de São Paulo.

Para além dos problemas com a segurança de dados no uso de determinadas plataformas oferecidas pelas big-tech (Parra et al., 2018), as secretarias de educação têm desenvolvido ou contratado plataformas próprias para as suas redes, de forma que elas produzam indicadores

quantificáveis de acesso e uso (Barbosa e Alves, 2023). Assim, números, dados e indicadores têm sido utilizados para o controle do trabalho pedagógico dos professores e gestores, como já denunciado no caso da rede paulista (Gepud, 2024). Além de outros parâmetros mais conhecidos do gerencialismo da Nova Gestão Pública (NGP), nos últimos anos, na educação, instalou-se a ideia de performatividade (Parente, 2018). Ou seja, professores e gestores passaram a ser avaliados de acordo com sua performance, a qual, por sua vez, é mensurada por meio da inteligência artificial das plataformas.

Ao tomar como base os relatórios da pesquisa “Mudanças Curriculares e Melhoria do Ensino”, identificamos que o uso de tecnologias na gestão da educação se tornou prioridade na atual gestão da Seduc-SP. Tem havido um controle sistemático das ações pedagógicas e do cotidiano das escolas por meio das plataformas, controle que se acentuou desde 2023 com a nova gestão estadual. A perda da já restrita autonomia nos governos do PSDB (Arelaro et al, 2016) alcançou um nível de radicalidade extrema no governo de Tarcísio de Freitas-Renato Feder. Não há, por parte da Seduc, uma preocupação com a qualidade do ensino; geralmente, as cobranças pelo uso das plataformas visam apenas à geração de dados quantitativos, inclusive com a elaboração de rankings das escolas através da plataforma *Business Intelligence* Educação (BI).

O que denominamos de gerencialismo de plataforma, conforme analisado por Lima (2021) ao examinar o sistema educacional de Portugal, é referido como “máquinas de administrar a educação”, não se limitando apenas ao sentido literal, mas também sendo uma “metáfora organizacional”. Segundo o autor:

Os usos da Inteligência Artificial e da robótica, do 5G, da computação em nuvem, da Internet das coisas, entre outras maravilhas tecnológicas, mudarão, e já estão a mudar, as instituições e as relações sociais, as organizações e os modos de governança, o exercício do poder e, certamente, também as organizações educativas (Lima, 2021, p. 2).

Poell, Nieborg e Van Dijck (2020), em um ensaio teórico oriundo de estudos de diferentes campos científicos, como a economia, a comunicação, a programação e a filosofia buscaram compreender e definir o que se entende por “plataformização” neologismo derivado de “plataforma”. Segundo eles, os estudos sobre plataformas remontam aos anos 2000, coincidindo com pesquisas sobre *softwares* e programação de modo geral, abordando aspectos econômicos (leia-se novas formas de ganhar dinheiro) e de comunicação (mais simples e interligadas, criando grandes bancos de dados). Nessa linha, os autores buscaram compreender como a “comunidade acadêmica passou de uma discussão sobre “plataformas” como “coisas” para uma análise da “plataformização” como processo” (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020, p.3). Ainda segundo eles:

A plataformização é definida como a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida. Ela também envolve a reorganização de práticas e imaginários culturais em torno dessas plataformas (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020, p. 2).

Retornando à realidade portuguesa, Lima (2021) descreve que a administração digital e centralizada das escolas portuguesas segue em ritmo acelerado após a adoção de determinadas plataformas. Segundo o autor, essas plataformas são mais do que simples instrumentos ou ferramentas; são máquinas de administrar capazes de tomar decisões sem intervenção humana e com grande capacidade de exercer uma vigilância ativa. Elas podem monitorar, advertir, realizar

cálculos e avaliações e apresentar estatísticas de forma gráfica. Com base em outros trabalhos portugueses como referência, o autor afirma que a maioria dos diretores escolares participantes de uma pesquisa acadêmica considerou que as plataformas eletrônicas funcionam como um instrumento de controle do trabalho pedagógico e um obstáculo ao exercício da autonomia das escolas (Lima, 2021, p.8-9).

Ao utilizar os trabalhos de Max Weber como referência para analisar as plataformas eletrônicas na gestão da educação portuguesa, Meira (2019) observa que, por um lado, essas plataformas oferecem algumas vantagens às escolas, permitindo que organizem melhor os dados e tenham um espaço de interação com os jovens. Por outro lado, elas também servem como forma de controle centralizado e padronização das escolas, especialmente em relação à forma como desempenham funções administrativas. Segundo ele, à luz do pensamento weberiano, “o problema do Estado não reside tanto na sua burocracia quanto na sua democracia, pois esta devia possuir mecanismos suficientemente fortes para manter a burocracia sob controle e supervisão” (Meira, 2019, p5). Ainda segundo o autor, Weber mesmo admitia o risco de as tarefas administrativas controlarem a democracia, por isso, ela deve se preocupar em controlar a burocracia, mesmo que os instrumentos tecnológicos, como as plataformas, sejam anunciados como forma de superação da velha burocracia.

Barbosa e Alves (2023) analisaram a reforma do Ensino Médio e a plataformização da educação no Paraná, que curiosamente foi conduzida pelo mesmo Renato Feder que ocupou o cargo de secretário estadual de educação até 2022. Para elas, o processo de plataformização da educação foi intensificado com a implementação da Reforma do Ensino Médio, iniciada no Paraná no ano de 2022. Os dados por elas analisados foram coletados entre janeiro e abril de 2023 nas plataformas adotadas e no site da própria secretaria de educação, complementados com reportagens locais.

As autoras analisaram as plataformas “Redação Paraná”, que corrige redações dos alunos com uso de inteligência artificial, e “Desafio Paraná”, um repositório de lições de casa com métricas de questões que devem ser respondidas diariamente e que compõe 30% da nota trimestral, e em ambas, as atividades são preparadas por uma equipe centralizada na secretaria de educação. De acordo com elas, ambas as plataformas ilustram o caráter neotecnicista, pois a correção por meio de inteligência artificial e a padronização das atividades tornam o trabalho pedagógico algo meramente instrumental, descaracterizando o próprio exercício do magistério (Barbosa e Alves, 2023).

Melo e Sperrhake (2023) analisaram duas plataformas de leitura contratadas pela secretaria estadual de educação do Rio Grande do Sul. Em sua análise, elas compreendem que a plataforma realiza uma leitura (por meio de inteligência artificial) quantificável, na qual um algoritmo calcula a velocidade mínima para considerar que um livro foi lido.

A experiência da leitura, apesar de não ser diretamente passível de mensuração, é inserida em uma prática de quantificação de aspectos que podem ser numericamente caracterizados, o que permitiria ao professor ter informações sobre cada aluno e sobre a turma: “mentes calculáveis, indivíduos administráveis” afirma Rose (2008, p. 156 Apud Melo; Sperrhake, 2023, p. 159).

Elas também citam a premiação dos alunos da rede que leram mais (em horas), chamando a atenção para a quantificação da leitura e o aspecto competitivo por trás de uma certa

“ludicidade”. Por fim, reforçam a preocupação com a proteção de dados e a privacidade dos estudantes e concordam com Adrião e Domiciano (2020) quando advertem que o atual cenário da plataformização da educação reflete também novas formas de privatização da gestão educacional.

O gerencialismo de plataforma da Seduc-SP

Buscando elucidar o que estamos chamando de gerencialismo de plataforma na rede estadual paulista de educação, apresentamos a seguir um quadro com uma síntese das plataformas digitais adotadas pela Seduc-SP desde 2020¹⁶.

Quadro 1 - Plataformas digitais para uso de professores e estudantes

Plataforma	Função	Criação/Adesão	Quant. de acessos por semana
Centro de Mídias SP (CMSP)	<ul style="list-style-type: none"> - Permite, através da ferramenta Tarefas, a postagem de atividades para os estudantes de todas as disciplinas presenciais ou a distância (há tarefas prontas oferecidas pelo aplicativo ou o professor pode elaborar as suas). - Disponibiliza as propostas de aulas digitais para utilização dos professores de todas as áreas. - Também é possível lecionar ao vivo e disponibilizar a gravação das aulas. - Em 2024, todas as demais plataformas são encontradas pelos estudantes dentro do CMSP Web. 	2020	Diariamente Para acessar as plataformas
Tarefas SP	<ul style="list-style-type: none"> - Ferramenta que permite enviar exercícios aos alunos. - Até 2023, era recomendado ao professor criar ou postar as tarefas disponibilizadas na plataforma. - Em 2024, as atividades são enviadas automaticamente após o registro de cada aula aos estudantes do Ensino Fundamental, anos finais, e Médio. 	2020	Diariamente
Khan Academy	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta de exercícios para uso dos professores de Matemática com turmas de 8º ano, 9º ano e Ensino Médio. A partir de 2024, atende somente o Ensino Médio. 	2023	1º Ano EM uma vez por semana. 2º e 3º na A cada quinze dias.
Me salva - Prepara SP	<ul style="list-style-type: none"> - Oferece três simulados com questões de vestibulares e rotinas de estudos para o Ensino Médio durante os meses de agosto, setembro e outubro. 	2023	Três aulas
Alura	<ul style="list-style-type: none"> - Dispõe de atividades de “gamificação”, vídeos e exercícios para uso dos professores de Tecnologia e Inovação e Tecnologia e Robótica do Ensino Fundamental e Médio. 	2023	2 aulas
Super BI Educação (Escola Total)	<ul style="list-style-type: none"> - Reúne os dados de todas as plataformas e aplicativos da SEDUC. - Permite visualizar o “ranking” de resultados dos aplicativos das escolas, como, por exemplo, os dados da participação dos alunos na Prova Paulista, os resultados por disciplina e a evolução de cada aluno de um bimestre para o outro. 	2023	Diário
Prova Paulista	<ul style="list-style-type: none"> - Avalia bimestralmente a aprendizagem em diferentes disciplinas. Participam os estudantes a partir do 5º ano do Ensino Fundamental I até o 3º ano do Ensino Médio. Ela substituiu a Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP) que acontecia até 2022. 	2023	Uma vez por Bimestre

¹⁶ Estão previstas para serem implementadas as seguintes plataformas: Elefante Letrado (anos iniciais do Ensino Fundamental), Prontos pro Mundo (Inglês/Wizard). Para as escolas que ofertam curso técnico profissional, há a plataforma Curso Técnico – Educação Profissional. Nossa pesquisa listou as plataformas até março de 2024.

Redação Paulista	- Requer que os professores dos componentes de Língua Portuguesa e Redação e Leitura proponham e corrijam as produções de texto na plataforma.	2023	Uma vez ao mês
Matific	- Possibilita atividades de “gamificação” e exercícios para uso dos professores de Matemática com turmas de 6º ano e 7º ano. Em 2024, o uso é para todo o Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais.	2024	Duas vezes por semana
Leia SP	- Oferece um catálogo de livros digitais de diferentes gêneros. Foi criada, segundo a Seduc, a partir de uma escuta democrática realizada com os estudantes. Nela o professor indica a leitura de um livro e outros dois é o aluno quem escolhe. Deve ser feita a leitura de um livro por Bimestre.	2024	Uma aula
Aluno presente	- Informa, em percentual, a frequência dos estudantes. - Monitora o horário em que o professor fez o registro da aula e da frequência dos estudantes.	2023	Todos os dias
Apoio Presencial	- Registra o número de acompanhamentos de aulas que a equipe gestora fez ao longo da semana. O apoio é calculado conforme o número de pessoas na gestão de cada escola.	2024	De três a vinte e sete apoios

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados e relatórios de pesquisa.

Além desse quadro, apresentamos uma breve descrição das plataformas, construída a partir da experiência de uso por professores e gestores. Iniciamos a descrição pelo Centro de Mídias, plataforma originalmente criada no contexto de distanciamento social ocasionado pela pandemia de Covid-19 e que hoje organiza as demais plataformas, sendo uma espécie de meta-plataforma para estudantes e professores.

Centro de Mídias CMSP

Como mencionado, a plataforma foi criada em 2020 para atender às demandas do ensino remoto emergencial decorrente das medidas de distanciamento social adotadas para conter o avanço dos casos de Covid-19. Inicialmente, a plataforma foi disponibilizada para os professores ministrarem aulas on-line. Além disso, a equipe do CMSP também postava aulas de todas as disciplinas para complementar as atividades dos professores. Adicionalmente, eram atribuídas tarefas para os estudantes realizarem ao término de cada aula.

A partir de 2023, a plataforma CMSP acrescentou novas funções: a Prova Paulista, a Redação Paulista e o CMSP Web. O CMSP Web foi utilizado pelos professores de alguns itinerários formativos, bem como para a disciplina de Projeto de Vida (Programa Inova Educação) e aulas de Expansão (em escolas com ensino noturno), além de ser utilizado por professores das demais disciplinas presenciais. Nesta plataforma, também é possível realizar aulas on-line (sala de aula virtual) onde as aulas ficam gravadas para posterior acesso dos alunos. Há o mural que permite visualizar as tarefas postadas e o recurso de “chat”. Essas aulas oferecidas em escolas que possuem noturno são desafiadoras para os professores, pois os estudantes resistem a acessar e participar das atividades on-line. Para os professores dessas aulas, o uso também se demonstra inviável, dado o excessivo número de alunos e tarefas a eles atribuídas para acompanhar.

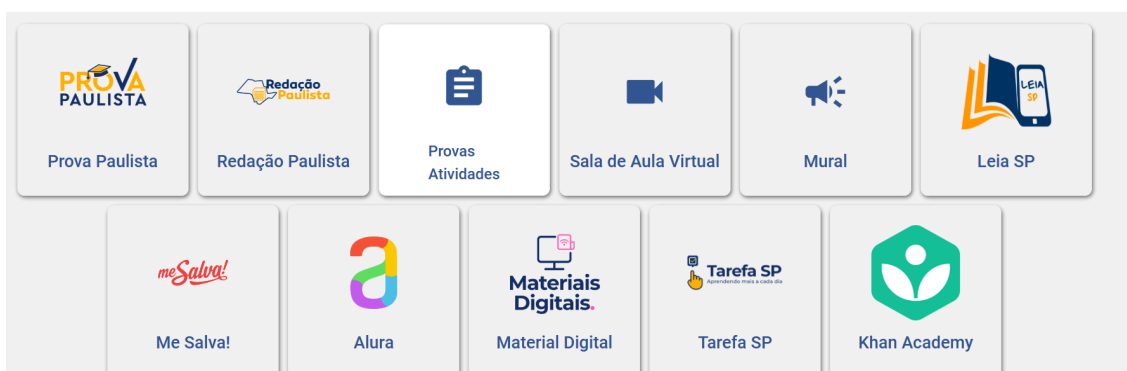
Em fevereiro de 2024, a plataforma passou por uma atualização visual, permitindo que os alunos acessem as demais plataformas (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Visão do acesso ao CMSP web Ensino Fundamental anos finais



Fonte: <https://cmspweb.ip.tv>

Figura 2 - Visão do acesso ao CMSP web Ensino Médio



Fonte: <https://cmspweb.ip.tv>

A novidade é que o estudante acessa todas as plataformas em um único espaço. No entanto, ao clicar no ícone de uma determinada atividade, o estudante é redirecionado para um novo login na plataforma selecionada, ou seja, não é um acesso intuitivo e facilitado como parece. Isso pode ser atribuído ao fato de que a Seduc contratou algumas dessas plataformas em vez de desenvolvê-las internamente, resultando em diferentes processos de acesso para cada uma.

Tarefas SP

No início, a ferramenta foi desenvolvida como um recurso oferecido pelo CMSP, que fornecia propostas de exercícios para todos os componentes curriculares, destinados aos alunos durante o período de afastamento das aulas por conta da pandemia. Posteriormente, passou a ser utilizada, principalmente, pelos professores das aulas de Expansão. Para as demais disciplinas, seu uso deixou de ser obrigatório com o retorno das aulas presenciais. Os professores tinham a opção de utilizar as tarefas prontas da plataforma, criar suas próprias tarefas ou simplesmente não usar a ferramenta.

A partir de 2024, o uso da plataforma tornou-se obrigatório. Logo após o registro da aula, feito pelo professor, uma tarefa é gerada automaticamente para os estudantes responderem, e isso abrange todas as disciplinas regulares. Também em 2024, com a inclusão do componente Orientação de Estudos, os docentes responsáveis por essa disciplina devem instruir os alunos a

acessarem a plataforma, oferecendo uma aula por semana e supervisionando as atividades disponibilizadas.

Os dados de uso da plataforma são gerados no B.I Educação, e o professor não tem acesso para saber quais alunos fizeram as atividades e qual foi o desempenho de cada um. Anteriormente a ferramenta gerava um relatório nominal do progresso do aluno, permitindo ao professor avaliar o desempenho dos estudantes nos exercícios propostos.

Khan Academy

Diferente da CMSP e do Tarefas SP, essa plataforma não foi desenvolvida pela Seduc, ela já existia com outras finalidades educacionais. A orientação para professores de Matemática e alunos é acessar e usar essa plataforma, realizando as atividades propostas, uma vez por semana na 1ª série e quinzenalmente nas 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. Isso limita a liberdade dos professores em escolher outras estratégias pedagógicas para trabalhar os conteúdos, uma vez que nem toda semana é necessário realizar esse tipo de atividade, dependendo da dinâmica de cada professor.

Sendo assim, a plataforma permite que o docente visualize quantas habilidades foram trabalhadas, o percentual de participação e o tempo em minutos que o estudante permaneceu logado (indicador que tem sido utilizado pela Seduc para calcular o engajamento dos alunos). Além disso, há uma espécie de gráfico horizontal que apresenta os resultados e o progresso. Assim, o professor pode recomendar ao estudante com rendimento insatisfatório que refaça o exercício.

Conforme depoimentos de professores, a plataforma seria interessante como estratégia para consolidar conteúdos ensinados. Entretanto, esse controle semanal e quinzenal, que monitora o acesso e uso dentro da escola, desconsidera o processo de ensino e o tempo da aprendizagem de cada estudante, bem como inviabiliza as necessidades do professor em cada turma. Por exemplo, quando é necessário retomar o conteúdo e propor novas estratégias para garantir a aprendizagem dos discentes. A cada semana ou quinzena a plataforma impõe um novo conteúdo e retira a autonomia do professor de determinar o tempo de estudo de um determinado conteúdo conforme a dinâmica e as necessidades do grupo-classe.

O BI Educação também monitora os dados do *Khan Academy* e traz uma demanda de cobranças por parte da Diretoria de Ensino para cumprir a quantidade de acessos, realização dos exercícios e acompanhamento do desempenho dos estudantes. Não é considerado o tempo necessário à aprendizagem e nem há tempo hábil para oferecer e garantir o ensino de qualidade almejado pelos profissionais que estão na sala de aula e desejam oferecer o melhor aos seus estudantes. Isso ocorre porque os prazos exigidos não condizem com a quantidade de conteúdos e plataformas às quais estão expostos.

Me Salva SP

Essa plataforma é utilizada pelo professor do itinerário formativo “Aceleração para o Vestibular” e oferece um plano de estudos com videoaulas e exercícios abordando conteúdos frequentes no Enem. Ademais, fornece conteúdos de apoio emocional durante os estudos para a

prova. O uso é obrigatório para a 3ª série do Ensino Médio e opcional (extracurricular) para 1ª e 2ª séries.

São três aulas semanais para o período diurno e duas aulas semanais para o período noturno, todas ocorrendo exclusivamente na plataforma. Portanto, sem o devido acesso à plataforma, a aula não pode ser realizada. O professor precisa ter sempre um plano B para trabalhar em sala de aula sem depender da plataforma, especialmente considerando que os relatos de dificuldade de acesso são frequentes.

É curioso que a plataforma, chamada "Me Salva", sugerindo que os alunos precisam ser "salvos", na prática, coloca tanto professores quanto estudantes diante das imposições da Seduc para cumprir as metas de acesso e permanência em um aplicativo que não tem funcionado adequadamente.

Alura

A plataforma destina-se ao uso por parte de professores e estudantes nas aulas de Tecnologia e Inovação nos anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, com duas aulas semanais; e Tecnologia e Robótica, em todas as séries do Ensino Médio, com duas aulas por semana na 1ª série e quatro aulas por semana nas 2ª e 3ª séries. As atividades são baseadas em gamificação.

De acordo com professores do itinerário Tecnologia e Robótica, a plataforma Alura oferece, a princípio, um curso de 14 horas para os alunos e de 40 horas para os professores. O curso conta com vídeos curtos de formação sobre como operar um computador, no sentido de desenvolver habilidades em programação e informática. O ambiente virtual também disponibiliza um gráfico do engajamento das turmas com a plataforma.

Apesar de a plataforma orientar os alunos sobre como operar um computador, nem todas as atividades podem ser realizadas, em função da falta de equipamentos suficientes nas escolas para todos os estudantes. Para além disso, até o momento, não há conteúdo programático ou slides para orientar os professores. Mesmo assim, sem conteúdo e garantia de estrutura para acesso, a Seduc segue orientando que os professores devem usar a plataforma em todas as aulas.

Matific

Esta plataforma é para acesso e uso dos professores e estudantes em uma dentre as oito aulas de Matemática nos anos iniciais; uma aula dentre as seis aulas de Matemática da semana para os 6º e 7º anos; uma aula dentre as cinco aulas de Matemática da semana para os 8º e 9º anos. Os alunos, na aula de matemática, devem entrar no jogo da trilha "Ilha de Aventura" e realizar três atividades por semana.

Já o professor de Orientação de Estudos, seja de Matemática ou outra disciplina, do Ensino Fundamental, anos finais, direciona os alunos para realizarem as atividades do conteúdo de Matemática no Matific, na trilha "Zona de Treinamento". Nesse caso, o perfil do professor não permite acompanhar o desempenho do aluno; ele só precisa acessar e participar. Isso torna essa orientação de estudos praticamente irrelevante para ambos os lados. De acordo com

professores de Matemática, não é possível visualizar os conteúdos trabalhados no perfil do professor; isso só é possível no perfil do estudante.

Leia SP

Nesta plataforma, são disponibilizados livros digitais para leitura. Deve-se ler um livro por bimestre indicado pelo professor (esse é de leitura obrigatória) e outros dois o aluno pode escolher. A plataforma foi liberada para os professores em fevereiro de 2024, entretanto, ficou indisponível para efetivo acesso durante todo o mês de fevereiro e início de março. Os professores de Português dos anos finais e os professores do componente de Redação e leitura devem utilizar esta ferramenta. Eles ainda estão experimentando a plataforma e descobrindo como ela funciona. As orientações aos professores são para uso uma vez por semana no Ensino Fundamental e uma a duas aulas por mês no Ensino Médio.

Prova Paulista

Até 2023 a Prova Paulista acontecia uma vez por bimestre e avaliava as disciplinas regulares do Ensino Fundamental como Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Ciências, Matemática, História e Geografia. Já para o Ensino Médio, ela avaliava as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia e Língua Inglesa, esta última apenas para as 1ª e 3ª séries. A orientação é que ocorra 100% de participação dos alunos de cada turma nesta prova. Quando isso não ocorre, a escola deve fazer uma busca ativa para atingir pelo menos 90% de participação. Tal exigência demanda tempo e profissionais da equipe gestora, com apoio da secretaria da escola e, muitas vezes, não é realizada em função do quadro reduzido de funcionários nas escolas e por conta do excesso de demandas administrativas às quais a equipe gestora precisa responder.

Em 2024, novos componentes serão avaliados no Ensino Médio, tanto da formação geral básica, como do itinerário global e do itinerário de aprofundamento (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Componentes a serem avaliados na Prova Paulista - Ensino Médio - Matemática e Ciências da Natureza

Componentes Avaliados - IF de MAT/CNT - Ensino Médio				
PROVA PAULISTA				
	COMPONENTE	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Formação Geral Básica	Língua Portuguesa	Sim	Sim	Sim
	Língua Inglesa	Sim	-	-
	Arte	Não	-	-
	Educação Física	Não	Não	Não
	Matemática	Sim	Sim	Sim
	Biologia	Sim	Sim	-
	Física	Sim	Sim	Sim
	Química	Sim	Sim	-
	Filosofia	Sim	-	-
	Geografia	Sim	Sim	Sim
	História	Sim	Sim	Sim
	Sociologia	-	Sim	-
Itinerário Global	Educação Financeira	Sim	Sim	Sim
	Inglês	-	Sim	Sim
	Tecnologia e Robótica	Não	-	-
	Projeto de Vida	Não	Não	Não
	Aceleração para o Vestibular	-	-	Não
Itinerário Aprofundamento	Redação e Leitura	Não	Não	Não
	Tecnologia e Robótica	-	Sim	Sim
	Empreendedorismo	-	Sim	Sim
	Biotecnologia	-	Sim	Sim
	Química Aplicada	-	-	Sim

Fonte: Extraído das formações remotas oferecidas pela Seduc. Link:
<https://www.youtube.com/watch?v=p64HbbLqNkU>

Figura 4 - Componentes a serem avaliados na Prova Paulista - Ensino Médio - Linguagens e Ciências Humanas e Sociais

Componentes Avaliados - IF de LGG/CHS - Ensino Médio				
PROVA PAULISTA				
	COMPONENTE	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Formação Geral Básica	Língua Portuguesa	Sim	Sim	Sim
	Língua Inglesa	Sim	-	-
	Arte	Não	-	-
	Educação Física	Não	Não	Não
	Matemática	Sim	Sim	Sim
	Biologia	Sim	Sim	-
	Física	Sim	Sim	Sim
	Química	Sim	Sim	-
	Filosofia	Sim	-	-
	Geografia	Sim	Sim	Sim
	História	Sim	Sim	Sim
	Sociologia	-	Sim	-
Itinerário Global	Educação Financeira	Sim	Sim	Sim
	Inglês	-	Sim	Sim
	Tecnologia e Robótica	Não	-	-
	Projeto de Vida	Não	Não	Não
Itinerário Aprofundamento	Aceleração para o Vestibular	-	-	Não
	Redação e Leitura	Não	Não	Não
	Arte e Mídias Digitais	-	Sim	Sim
	Liderança	-	Sim	Sim
	Oratória	-	Sim	Sim
	Geopolítica	-	-	Sim
	Filosofia e Sociedade Moderna	-	Sim	Sim

Fonte: Extraído das formações remotas oferecidas pela Seduc. Link:
<https://www.youtube.com/watch?v=p64HbbLqNkU>

Redação Paulista

A Redação Paulista deve ser postada mensalmente pelo professor de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental, e pelo Professor de Redação, no Ensino Médio. Essa demanda impõe um imenso desgaste físico e emocional para garantir seu cumprimento, uma vez que a professor lida com diferentes turmas, cada uma com uma média de 38 alunos no Ensino Fundamental e 44 alunos, no Ensino Médio. Esses números de alunos, multiplicados pela quantidade de salas, exigem muito tempo de dedicação do professor, tornando a tarefa ainda mais desafiadora quando ele possui dois cargos, o que dobra a carga de trabalho. Além, claro, das demais atribuições do docente, como elaboração de planos de aula semanal, uso de plataformas como o Tarefas SP e o Leia, dentre outras. Portanto, essa ornada extenuante e desnecessária não apenas retira a autonomia do professor no processo educativo, mas desrespeita também o tempo do aluno nesse processo.

É importante destacar que todos os dados da Redação Paulista são inseridos em um ranking no B.I Educação, expondo o professor ao esgotamento emocional diante das exigências para cumprir os prazos de correção. O docente mal termina de corrigir uma redação e já precisa postar outra, reiniciando o processo. Esse controle sobre as ações do professor impõe metas e inviabiliza o ensino de produção de texto com a qualidade adequada.

Para responder a essa demanda, a Seduc vem implementando o uso de inteligência artificial (IA) para a correção das redações, tanto de gramática quanto de coesão e coerência textual, assim como de pertinência ao tema. Se por um lado o uso de IA parece melhorar as

condições de trabalho do professor, que deverá apenas revisar a correção feita por ela, por outro, é um reconhecimento por parte da Seduc da exploração desses professores. Além disso, o uso da IA na educação ainda merece mais discussões que envolvem questões éticas e epistemológicas e não apenas questões operacionais.

Business Intelligence (B.I.) Educação (Super B.I) ou Educação Total

O próprio nome da plataforma já nos sugere uma série de reflexões a começar por uma tradução simples para a língua portuguesa, que poderia ser chamada de “Inteligência de Negócios”. Embora uma tradução literal nem seja a mais apropriada, o termo é comumente utilizado por empresas do setor privado, vistas como modelos pela Seduc. Outras expressões advindas da Nova Gestão Pública nos anos 1990, como “qualidade total”, nome que deve ter sido sugestivo à Seduc, também influenciaram, uma vez que a plataforma passou a ser chamada recentemente de “Escola Total”.

A plataforma Super BI está disponível no perfil de cada gestor no B.I Educação. Nela são apresentados os percentuais de uso em cada plataforma indicando o índice de vulnerabilidade e gerando uma nota final para a escola. Há uma série de tutoriais disponíveis na internet¹⁷, nos quais gestores de diretorias de ensino e diretores de escola demonstram as ferramentas da plataforma.

A plataforma B.I Escola Total é uma espécie de metaplataforma que disponibiliza dados do painel de todas as plataformas da escola (Figura 5) para o trio gestor (diretor e vices diretores), que deve acompanhar diariamente o uso delas e garantir que as metas estabelecidas pela Seduc sejam alcançadas.

Figura 5 - Acesso inicial da Plataforma B.I. Educação / Escola Total



Fonte: Extraído pelos autores do artigo a partir do acesso ao site <https://escolatotal.educacao.sp.gov.br/>

Essa ferramenta permite que o trio gestor, por meio do acesso a cada plataforma, saiba o ranking de presença e faltas por sala, os registros dos professores referente a faltas e conteúdo, o

¹⁷ Como por exemplo neste vídeo da Diretoria de Ensino Sul 2: <https://www.youtube.com/watch?v=z7jPUR6P1vE>

percentual de uso de cada plataforma por sala, e o percentual referente ao apoio em sala de aula (aulas que os gestores assistiram), dentre outras informações. A plataforma Escola Total também disponibiliza os dados para o professor referentes aos componentes que ele leciona. No entanto, para algumas plataformas são fornecidos apenas percentuais de acesso e participação, não sendo possível avaliar ou acompanhar o desempenho dos alunos, muito menos a aprendizagem deles.

Como é possível notar, as Figuras 1 e 2 representam o acesso dos alunos às diferentes plataformas, enquanto a Figura 5 exemplifica a visão dos gestores sobre essas mesmas plataformas. Na perspectiva dos gestores, há ainda a plataforma “Aluno Presente”. Optamos por incluí-la nesta plataforma, uma vez que ela não está disponível para os alunos. A plataforma “Aluno Presente” exige que as escolas lancem diariamente a frequência dos alunos. A infrequência ou a inconstância na frequência produzem indicadores que criam sinais de alerta para os gestores, que são obrigados, por meio de portarias e normativas, a realizar busca ativa com os alunos. Os dados on-line da frequência escolar geram um ranking das presenças por turma. Cada turma deve ter 90% de frequência, caso não atinja esse percentual, a escola deve realizar uma busca ativa dos alunos faltosos, como ligar, convocar pais e até visitar o endereço do estudante. Ela também verifica quais alunos estão com excesso de faltas com risco de evasão. Além disso, a plataforma monitora os dias e horários em que o professor fez a chamada e o registro das aulas.

Na plataforma dos gestores, ainda é possível visualizar outra plataforma chamada de “apoio presencial”, na qual os gestores devem registrar semanalmente as aulas que assistiram dos seus professores. Essa prática de obrigar a equipe gestora a frequentar as aulas dos professores começou em 2023, conforme estabelecido pela Portaria do Coordenador, de 27/07/2023. Apesar do falso discurso pedagógico que a justifica, essa prática tem gerado fiscalização e controle do trabalho do professor, constringendo tanto professores quanto os gestores (Nota Técnica Gepud jan., 2024). Neste ano, o registro de que a equipe gestora tem assistido as aulas passou a ser feito nessa plataforma, que recolhe dados e cria métricas para indicar um perfil de escola fiscalizadora. Segundo a interpretação da Seduc, as escolas consideradas boas são aquelas em que a equipe gestora cumpre suas metas de fiscalização.

Mais especificamente, a plataforma “Apoio Presencial” é uma exigência feita pela Seduc para que os gestores escolares analisem os seguintes aspectos: a participação dos alunos na aula, o uso das metodologias ativas, o gerenciamento do tempo, enfim a gestão da sala de aula.

Após assistir à aula, o gestor fornece orientações e faz acordos com o professor. Em seguida, preenche um questionário de devolutiva sobre a aula, na plataforma, informando, em cada aspecto, se o professor atingiu ou superou as expectativas, ou se deve melhorar.

Por fim, o professor recebe a avaliação e ela é registrada no sistema, concluindo o processo de “apoio presencial”. Os percentuais dos “apoios presenciais” são visíveis na plataforma Apoio Presencial no perfil da Gestão pela Escola Total e na plataforma Super BI.

De modo geral, a plataforma Super BI ou Escola Total proporciona aos gestores uma visão abrangente da escola, baseada no uso das demais plataformas por professores e alunos. Essa visão poderia ser benéfica para a escola caso a escola tivesse a liberdade de definir quais indicadores extraídos das demais plataformas são relevantes, partindo do pressuposto de que os

professores pudessem definir se querem ou não usar as demais plataformas em suas aulas. No entanto, essa autonomia é inexistente na realidade das escolas estaduais paulistas. Na prática, a plataforma torna-se um instrumento de controle, em que a gestão monitora o trabalho dos professores. Esse controle é induzido pelas Diretorias de Ensino (DE), que estabelecem metas de acesso para as escolas e utilizam indicadores para avaliá-las, tomando como referência apenas o uso dessas plataformas. O engajamento dos alunos com a aprendizagem foi reduzido às horas em que eles permanecem logados nas plataformas e ao número de atividades enviadas.

Para gerenciar esse controle do trabalho pedagógico e administrativo das gestões escolares, a Seduc desenvolveu um perfil no site Escola Total, que reúne dados das escolas de uma mesma DE, permitindo que o dirigente não apenas compare e hierarquize as escolas, como constranja as equipes gestoras a alcançarem as metas e indicadores estabelecidos. Todo esse constrangimento foi organizado por meio da Resolução Seduc n.º 4/2024 (São Paulo, 2024), que visa avaliar o trabalho dos diretores escolares e os ameaça com a transferência para outra unidade caso a escola não cumpra as metas estabelecidas.

Por fim, na mesma linha, há o Mega BI, uma plataforma abrangente em que a própria Seduc avalia os indicadores e metas das Diretorias de Ensino e das escolas, reduzindo o trabalho pedagógico às metas de acesso às plataformas e à fiscalização de tais acessos.

Diante da condição de funcionamento das escolas da rede paulista de ensino na gestão Tarcísio-Feder, o espaço de autonomia da escola e de gestão democrática quase desapareceram, comprometendo a realização da pesquisa-ação, que tem como característica e objetivo a construção coletiva de estratégias para aprimorar a aprendizagem e a formação dos estudantes. Professores, gestores e estudantes têm menos autonomia para elaborar um Projeto Político Pedagógico articulado às necessidades do território e às demandas das comunidades escolares.

À guisa de conclusões: construindo alternativas ao gerencialismo de plataforma da Seduc-SP

Diante do contexto da educação paulista, é imperativo buscar alternativas que surjam do âmago das escolas e de seus territórios. Essa busca orienta-se pela construção de uma nova hegemonia, de baixo para cima, através da resistência coletiva e do protagonismo dos membros da comunidade escolar na ressignificação do Projeto Político Pedagógico das escolas. É preciso recuperar o conceito de gestão democrática da escola pública (Paro, 2000) como preconiza a Constituição Federal de 1988 e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996).

Enfrentar a reforma do Ensino Médio em âmbito estadual e nacional é o primeiro passo para combater o gerencialismo e seus impactos na qualidade da educação. Por isso, este trabalho tem se pautado na metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 2000), reunindo educadores da Educação Básica e Superior num processo dialético, reflexivo e criativo de construção de uma escola democrática, inclusiva e de qualidade social (Beane; Apple, 2001).

O uso de tecnologias na educação pode trazer uma série de potencialidades, desde que valorize a diversidade, respeite as diferenças, incentive a gestão democrática, se comprometa com a transformação social e contribua com a melhoria da qualidade de vida da população. Contudo, o excesso de telas e de atividades on-line estão sendo reavaliados em muitos países considerados

ricos e com uma educação de boa qualidade, a exemplo da Suécia¹⁸, que vem reduzindo a exposição às telas depois de verificar uma queda na aprendizagem dos estudantes e se deparar com relatórios da área da saúde que têm evidenciado prejuízos cognitivos em função do tempo excessivo que crianças e jovens passam no mundo virtual.

O problema aqui abordado não diz respeito ao uso ou não das plataformas ou da tecnologia em si, mas sobretudo à forma como tem sido implementado, com imposições e falta de diálogo com professores e gestores. Soma-se à obrigatoriedade do uso dessas plataformas a coerção para o papel de meros fiscalizadores atribuídos à equipe gestora. Quando professores e gestores utilizam a plataforma sem alguma resistência, não significa que apreciem o seu uso, mas sim reflexo de uma carreira fragilizada que sequer oferece condições adequadas de trabalho.

Um ponto importante a destacar é que a Seduc não se baseou em nenhum estudo para comprovar ou demonstrar que as plataformas ou a educação mediada por tecnologia melhora a aprendizagem. Os estudos mais recentes mostram o oposto (Lopes et al., 2021), e os que avaliaram a aprendizagem durante o ensino remoto emergencial ocasionado pela pandemia também vão no sentido oposto¹⁹, indicando que o uso dessas tecnologias trouxe prejuízos para a aprendizagem de crianças e jovens. Isso não ocorreu apenas em virtude da pressa que o momento exigia ou das dificuldades de acesso de parte da população, mas sim porque a aprendizagem mediada por tecnologias tem seus limites²⁰.

A plataformização da educação paulista busca, antes de tudo, padronizar o ensino, criar instrumentos de controle de estudantes, professores e gestores, gerar dados que podem ser negociados e vendidos por milhões, privatizar a educação por meio da compra de plataformas e gerar lucro às empresas. A articulação dessas plataformas com os instrumentos normativos que obrigam a equipe gestora a realizar e fiscalizar indicadores também pode estar sendo utilizada como mecanismo de exaustão das equipes. Fatigadas, terão cada vez menos condições de corresponder às plataformas, o que pode abrir brechas para soluções tipicamente neoliberais de terceirização da “gestão administrativa” da escola²¹. Além disso, as plataformas reduzem a ideia de aprendizagem ou de engajamento com a aprendizagem ao número de acessos às plataformas on-line. A cobrança sistemática de dirigentes de ensino para o cumprimento dessas metas parece ignorar a realidade e a autonomia das escolas. A Seduc vale-se desse expediente para usurpar o direito constitucional à gestão democrática e à autonomia escolar previsto na LDB (Brasil, 1996).

¹⁸ Ver mais em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/08/07/por-que-a-suecia-desistiu-da-educacao-100percent-digital-e-gastara-milhoes-de-euros-para-voltar-aos-livros-impresos.ghtml>

¹⁹ Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/04/ensino-remoto-afetou-aprendizagem-de-estudantes-da-rede-publica-do-rio-mostra-pesquisa>

²⁰ Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/saude/ciencia/noticia/2024/01/26/escrever-a-mao-ou-digitar-cientistas-descobrem-o-que-e-melhor-para-o-cerebro-especialmente-das-criancas.ghtml>

²¹ Recentemente, o governo Tarcísio anunciou leilão para que empresas privadas administrem as escolas públicas de São Paulo. “A PPP envolverá a construção, gestão e operação das unidades, além de serviços não-pedagógicos, como limpeza, manutenção, gestão de infraestrutura e segurança”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/em-parceria-com-o-bndes-leilao-para-gestao-privada-em-escolas-esta-duais-de-sp-deve-ocorrer-em-novembro/> Acesso em 23 abr. 2024.

Para enfrentar e superar essa educação antidemocrática limitada a uma concepção neoliberal e neotecnicista, que resume a educação ao treinamento e submete o trabalho pedagógico a uma mera “aplicação” de conteúdos e materiais, as escolas que participam da pesquisa se pautam pela gestão democrática, dialogando com sua comunidade de forma a oferecer um currículo comprometido com a transformação social, que apresente aos alunos possibilidades de transformar o mundo e não apenas em como se adaptar a ele. Uma gestão democrática que garanta a formação continuada dos professores, com tempo para leitura e reflexão e não resumida à alimentação de dados nas plataformas. Uma gestão democrática autônoma e livre de formas de controle baseadas em falsas métricas que não contribuem com a qualidade social da educação. Os constrangimentos que o gerencialismo de plataforma impõe às equipes escolares são muitos, mas ainda possíveis de serem contornados.

Na contramão do gerencialismo de plataforma, a concretização do direito constitucional à educação e do princípio da gestão democrática da escola pública exige uma retomada das pesquisas acadêmicas-científicas do campo educacional. Esses estudos destacam a importância de se aprimorar tanto a formação inicial e contínua dos professores, capacitando-os a desempenhar plenamente a autonomia no exercício da autonomia do ofício docente. Além disso, é crucial oferecer carreiras e salários atrativos, incentivando os jovens a optarem pela profissão docente. Atualmente, observa-se que a docência está deixando de ser uma escolha e tornando-se apenas uma opção diante das adversidades impostas pelas desigualdades sociais e educacionais enfrentadas pelas classes em situação de subalternidade.

A pesquisa-ação tem contribuído para potencializar caminhos que visam superar a impotência reflexiva (Fisher, 2020) e afastar a escola da lógica econômica, que a coloca cada vez mais à mercê do capital.

Referências

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 668-684, set./dez. 2020. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1223> Acessado em: 01 de abril de 2024.

ARELARO, Lisete Regina Gomes; JACOMINI, Márcia Aparecida; CARNEIRO, Silvio Ricardo Gomes. Limitações da participação e gestão “democrática” na rede estadual paulista. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1143-1158, out.-dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/qCsV4BQNhPxYGMHKLK35Xyw/> Acessado em: 01 de abril de 2024.

ALENCAR, Fábio Willian Ferreira de. Escola pública entre ditames e resistências: Inova Educação na rede estadual paulista. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48139/tde-02062023-143103/pt-br.php> Acessado em: 01 de abril de 2024.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. A. **Como as escolas fazem as políticas:** atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.

BARBIER, Renée. **A pesquisa-ação.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **e-Curriculum** [online]. 2023, vol.21, e61619. Epub 13-Nov-2023. ISSN 1809-3876. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e61619>.

BEANE, James A.; Apple, Michael W. O argumento por escolas democráticas. In: APPLE, Michael; James Beane (Orgs.). **Escolas Democráticas.** 3. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem:** Educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRAGA, Ruy. **Política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso 13 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso 14 out. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 746, de 2016.** Reformulação do Ensino Médio. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992> Acesso 13 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017a.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm Acesso 13 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017b.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm Acesso 13 out. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm Acesso 13 out. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a Cidadania:** a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. 2. ed. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 2011.
CAMARGO, Rosana Borges de; JACOMINI, Márcia Aparecida; GOMES, Maria de Oliveira. Desafios da gestão democrática na educação pública: 20 anos de LDB/96. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 08, n. 16, p. 380-393, jul.-dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/626> Acessado em: 01 de abril de 2024.

CASIMIRO, Flávio Henrique Chagas. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHASIN, José. **A miséria brasileira**. 1964-1994: do golpe militar à crise social. Santo André, S.P.: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

COLÓ, Elisângela Vito. **O Projeto Gestão Democrática da rede pública de ensino do estado de São Paulo: de política pública a evento midiático**. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Campus Maria Auxiliadora, Americana, São Paulo, 2021.

DARROT, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

Grupo Escola Pública e Democracia (GEPUD). **Mais burocracia e menos Educação: a gestão “plataformizada” de Renato Feder em São Paulo**. Editorial GEPUD, janeiro de 2024. <https://www.gepud.com.br/pdf/Editorial%20-%20Janeiro%20de%202024.pdf>

GONÇALVES, Maria Dativa de Salles. **Dimensões críticas no estudo da especificidade da administração educacional**. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba, Universidade Federal do Paraná/Setor de Educação, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderni 12-29 (1932-1935). Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino, Einaudi, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.

JACOMINI, Márcia Aparecida. **O ensino em ciclos e os educadores: rede municipal de ensino de São Paulo**. Düsseldorf - Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

JACOMINI, Márcia Aparecida; Stoco, Silvana. **Política e gestão da educação na rede estadual paulista, 1995-2018**. São Paulo: Alameda: Fapesp, 2022.

JACOMINI, Márcia Aparecida; PERRELLA, Carla dos Santos S.; ALENCAR, Flávia de; STOCO, Silvana. Gestão (não)democrática na política educacional do estado de São Paulo - 1995-2018. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [Internet], v. 103, n. 263, 25 abr. 2022, p. 117–37. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i263.4975>

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LIMA, Licínio C. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. *Educ. Soc.* [on-line], v. 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.249276>

Acessado em 01 de abril de 2024.

LOPES, Andressa Pereira; LARANJEIRAS, Ana Letícia Canuto; NEVES, Reyniel Wandebil Sobrinho; ALENCAR, Valéria Viana. O uso excessivo das tecnologias digitais e seus impactos nas relações psicossociais em diferentes fases do desenvolvimento humano. **Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT - Alagoas**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 166, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/8964>.

MEIRA, Manuel Vale. A difícil relação entre burocracia eletrônica e democracia na administração educativa em Portugal. **Educ Soc** [Internet]. v. 40, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019206742> Acessado em: 01 de abril de 2024.

MELO, Camila Alves de; SPERRHAKE, Renata. Qual leitura e qual leitor estão em pauta na plataformização das práticas de leitura? In: WANDERER, Fernanda; MELO, Camila Alves de; BERMÚDEZ ALFARO, Ana María (Orgs.). **Rastros do neoliberalismo no campo da Educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023, p. 150-170. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/rastros-neoliberalismo>. Acesso em: 01 de abril de 2024.

NASCIMENTO, Thais Fernanda Martins. **Programa Inova Educação na rede estadual paulistas (2020-2021): foco nas habilidades e competências socioemocionais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/56ba117c-67b5-40a0-ae4c-960b37d91572> Acessado em: 01 de abril de 2024.

PARENTE, Juliano Mota Gerencialismo e Performatividade na Gestão da Educação Brasileira. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 89–102, 2018. doi: 10.36311/2236-5192.2018.v19n1.06.p89. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/7903>. Acesso em: 1 abr. 2024.

PARO, Vitor Henrique. **Educação do exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2000.

PARRA, Henrique; CRUZ, Leonardo; AMIEL, Tel; MACHADO, Jorge. Infraestruturas, economia e política informacional: o caso do google suite for education. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 63–99, 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018v23n1p63. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/32320>. Acesso em: 1 abr. 2024.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020. <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01>

SANTOS, Vanessa Santana dos. **Atuação de Aparelhos Privados de Hegemonia burgueses nas políticas de formação continuada docente: o Todos pela Educação e o Proyecto Educar 2050**. Tese (Doutorado em Educação). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da

Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2023. Disponível em:
<https://repositorio.unifesp.br/items/0b3e0241-71c8-4bc4-b6db-e8b3baeb246d>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SÃO PAULO. **Resolução SEDUC- 4, de 19-1-2024**. Dispõe sobre a Avaliação de Desempenho de Diretores Escolares/Diretores de Escola e dá providências correlatas. Disponível em:
<https://deguaratingueta.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-4-de-19-1-2024-dispoe-sobre-a-avaliacao-de-desempenho-de-diretores-escolares-diretores-de-escola-e-da-providencias-correlatas/#:~:text=In%C3%ADcio-,Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SEDUC%2D%204%2C%20de%2019%2D1%2D2024%20%E2%80%93,Escola%20e%20d%C3%A1%20provid%C3%Aancias%20correlatas> Acessado em: 01 de abril de 2024.

SOUZA, Ângelo Ricardo de; PIRES, Pierre André Garcia. As leis de gestão democrática da educação nos estados brasileiros. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 65- 87, mar./abr. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/qLkpKmKtMCsK89ZY9yMN87H/abstract/?lang=pt#> Acessado em: 01 de abril de 2024.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. Que é administração escolar? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 84, 1961, p. 84-89.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autor 1: Conceitualização, Análise de dados, Redação - revisão e edição

Autora 2: Coleta de dados, Análise de dados, Redação do manuscrito original

Autor 3: Conceitualização, Análise de dados, Redação - revisão e edição

Autora 4: Coleta de dados, Análise de dados, Redação do manuscrito original

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no artigo e na seção "Materiais suplementares".

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.